

A efetividade da inclusão escolar no Brasil
The effectiveness of school inclusion in Brazil
La eficacia de la inclusión escolar en Brasil

Maria Fernanda da Costa e Silva, fermcs@hotmail.com, pedagoga, psicopedagoga, e
mestranda em distúrbio do desenvolvimento. Instituto Lucas Amoroso.

RESUMO

A inclusão escolar no Brasil, como em todo o mundo já passou por vários momentos. Hoje a pessoa com deficiência tem o direito garantido por lei de frequentar uma escola regular, porém o aprendizado dessas crianças nem sempre está garantido. O objetivo deste trabalho é analisar se a inclusão escolar tem contribuído de fato para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, e se os professores estão preparados para esse processo. Através de uma reflexão, a partir de revisões bibliográficas, destacam-se a importância de melhor formação e capacitação para os professores, e a importância de terem uma visão e atitudes favoráveis à inclusão. Cabe ressaltar a importância de que acreditem nesse processo para que desenvolvam um trabalho que efetive a prática inclusiva. Outro fator importante são as políticas públicas, que devem contribuir com esse processo oferecendo garantias de aprendizado para todos.

Palavras chaves: inclusão escolar, efetividade, formação dos professores, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil vem sendo discutida há décadas, porém pouco se fez até o momento.

Existem inúmeras leis garantindo os direitos das pessoas com deficiência, porém isso não basta, precisamos de escolas de qualidade, onde o aluno com deficiência tenha o direito de aprender.

Para que isso aconteça precisamos de uma modificação na educação brasileira, onde as escolas passem a ensinar todos, independentemente de suas diferenças, sendo necessária uma mudança no modelo educacional e principalmente a transformação das atitudes dos professores em relação à inclusão, uma vez que estes têm papel fundamental nesse processo.

O que não podemos mais admitir é que as pessoas com deficiência permaneçam nas escolas regulares somente para socialização, pois é um direito de todos uma educação de qualidade.

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão a partir de revisões bibliográficas, dos autores Garcia (2013), Mendes (2008) e Pletsch (2009), para analisar se a inclusão escolar no Brasil tem contribuído para o aprendizado da pessoa

com deficiência e se a formação do professor contribui para uma educação de qualidade no âmbito da educação inclusiva.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão escolar da pessoa com deficiência já teve vários momentos na história. Antigamente essas pessoas eram segregadas e isoladas da sociedade. Mendes (2006) aponta que no século XVI elas eram institucionalizadas em asilos e manicômios. Nessa época acreditava-se que “a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, essa segregação ocorria também para proteger a sociedade” (MENDES, 2006, 387).

As escolas especiais no século XIX surgem para receber as pessoas com deficiência, com o intuito de que ali seriam mais estimuladas e teriam ganhos no seu desenvolvimento, pois acreditavam que separados das pessoas normais teriam um melhor aprendizado. Assim, a educação especial foi formando-se paralelamente ao sistema educacional regular, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surge a proposta de unificação, Mendes, 2006.

Conceição (2014) revela que no século XIX, na Europa, surgem os primeiros passos para o atendimento à pessoa com necessidade especial, espalhando-se pelo resto dos continentes. A partir de então pessoas com deficiência começam a conquistar, timidamente, direitos e deveres de cidadãos. Entretanto, vale ressaltar, que as conquistas para as pessoas com deficiência, no caminho da educação inclusiva, foram até a década de 1990 uma tarefa árdua, que, a meu ver, persiste, pelo menos no Brasil, onde professores são mal formados, não tendo conhecimento suficiente para lidar com uma questão tão complexa. Outro ponto é uma questão política, onde mais escolas deveriam ser construídas, o que possibilitaria salas menos numerosas, e professores mais bem remunerados, o que evitaria que trabalhassem em dois períodos, tendo mais tempo para estudar e se dedicar aos seus alunos.

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos minoritários, tornando a segregação uma prática intolerável, surge então o discurso de que todas as crianças com deficiência teriam o direito de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças (CONCEIÇÃO, 2014).

Segundo Mendes (2006) outro discurso da época e que ouvimos até hoje trata dos benefícios tanto para a pessoa com deficiência, quanto para os colegas sem deficiência.

Os benefícios para alunos com deficiência seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores e ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes, viver em contextos mais “normalizantes”, o que ajudaria a promover aprendizagens significativas, e frequentar ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. Os benefícios para os colegas sem deficiências seriam: a possibilidade de aprender a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem crescem e se desenvolvem, e promover atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações. (MENDES, 2006, p.388).

Um fator crucial que influenciou a mudança das escolas especiais para a integração nas décadas de 1960 e 1970 foi o custo elevado dos programas segregados, no contexto da crise mundial do petróleo. Até então, apenas os países considerados desenvolvidos haviam criado um sistema educacional paralelo para pessoas com deficiência. Mendes (2006), afirma que a integração iniciada nos anos 1960 era decorrente de ideologia agregada à economia, que representaria os cofres públicos, ocasionando grande retirada das pessoas com deficiências das grandes instituições para reinseri-las na comunidade.

Nessa fase o paradigma era de que as pessoas com deficiência tinham o direito de conviver socialmente, mas deveriam ser antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade. Assim sendo, elas eram inseridas na mesma escola, mas não necessariamente na mesma sala. Ao longo do tempo foi-se percebendo que a pessoa com deficiência passava de um ambiente de exclusão para outro também excludente.

A educação inclusiva surge com a ideia de que todos os estudantes têm direito à classe comum, mas deixa abertas as oportunidades para estudantes serem ensinados em outros ambientes na escola e na comunidade.

A partir de então, segundo Mendes (2006), a literatura aponta duas posições conflitantes, uma é a proposta de inclusão total, que defende a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola regular. De outro lado estão os adeptos da educação inclusiva, defendendo que a melhor colocação seria sempre na classe comum, embora admitindo a possibilidade de serviços de suporte, ou mesmo ambientes diferenciados, tais como

classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais.

Apesar dos direitos da pessoa com deficiência, na realidade as escolas e professores não estão preparados, o que inviabiliza que a inclusão escolar exista em sua plenitude.

Marcos da Educação Inclusiva

Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO resultou na Declaração de Salamanca, que passou a ser o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) diz que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, e que esta deve ser capaz de satisfazer tais necessidades. As escolas regulares devem ainda combater atitudes discriminatórias criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

A partir de então, ganha terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), estabelece que as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ter atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado a pessoa com deficiência.

A legislação educacional brasileira, no entanto, ao mesmo tempo em que amparou a possibilidade de acesso à escola comum, não definiu obrigatoriedade e até admitiu a possibilidade de escolarização segregada.

O processo de inclusão no Brasil tem sido muito lento e existem obstáculos que entram esse processo, falta acessibilidade aos alunos com deficiências

motoras, recursos especializados para atender às necessidades de alunos com deficiências visuais e auditivas, serviços de apoio educacional ao aluno e professor. (MANTOAN, 2005). Falta conhecimento sobre as dificuldades dos alunos por parte dos professores, que muitas vezes superprotegem ou ignoram seus alunos com deficiência, ainda é importante resaltar que a aceitação é um ponto fundamental, e lembrar que o professor é o protagonista nesse processo. Mantoan afirma haver resistência de professores, que alegam falta de preparo para atender aos alunos com deficiência nas salas de aulas comuns, salas de aula superlotadas, entre outros.

As dificuldades encontradas na educação inclusiva são muitas, e o papel do professor é conhecer as mudanças necessárias para que esse processo ocorra.

Enquanto os professores continuarem com o pensamento de que os indivíduos que não se encaixam nos padrões do grupo, são problemas, e não olharem para a escola com um olhar amplo, onde cada indivíduo é único, com suas dificuldades e potencialidades específicas, a escola vai continuar não sendo uma escola para todos, e sim para alguns.

EFETIVIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

O panorama da educação inclusiva não parece contribuir com o processo de escolarização de estudantes com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, ou com sua permanência e subsídios em sala de aula.

A formação dos professores que atuam com a pessoa com deficiência é algo que precisa de reflexões (GARCIA, 2013). Para que ocorra a aprendizagem do aluno com deficiência faz-se necessária uma mudança na formação do professor, tanto na formação inicial como na continuada. A formação de professores no Brasil pode se dar tanto em nível superior como em nível médio, pode ser presencial ou à distância. Ainda que a educação à distância possa auxiliar na formação de professores, não deve ser tomada como única, pois assim corre o risco de certificar professores antes da qualificação (GARCIA, 2013, PLETSCHE, 2009).

Mendes (2008) diz que seus primeiros estudos foram caracterizados pelo limitado acesso à escola de alunos com deficiência, sendo que os poucos alunos que vinham tendo acesso a algum tipo de escola (especial ou regular) não estavam necessariamente recebendo uma educação apropriada, fosse por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta de recursos.

Mantoan (2005) afirma ser notória a necessidade e a urgência de enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocá-la em prática. Acrescenta ainda que deve ser recuperado o tempo perdido, promovendo uma reforma estrutural e organizacional nas escolas comuns e especiais.

A consequência dessa política nacional no âmbito dos estados e municípios tem sido guiada mais pela atratividade do baixo custo, pois a curto prazo a inclusão trás vantagens financeiras, com o fechamento de programas e serviços nas escolas públicas, como as classes especiais ou salas de recursos. A médio e longo prazos, o governo deixa de custear medidas como a formação continuada de professores especializados, mudanças na organização e gestão de pessoal e no financiamento para atender diferencialmente o aluno com necessidades educacionais especiais (Mendes, 2006).

Segundo Pletsch a redução de investimentos na educação tem sido regra nos últimos anos, porém afirma existir necessidade de investimentos em educação de maneira geral. A autora cita pesquisa realizada nos últimos anos que traz evidências de que a inclusão escolar é mais econômica, estimando-se que a colocação de crianças nas salas de aula regular pode chegar a um custo de até 7 vezes menos do que manter esse aluno em uma escola especial (PETERS, 2009 apud PLETSCHE, 2009).

Fontes, (2007 apud Pletsch, 2009) afirma que a política de educação inclusiva pode estar escondendo uma política de contenção de gastos, mesmo sabendo que o apoio de suportes especializados e recursos pedagógicos específicos e/ou adaptados são necessários para o processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência.

No entanto, existem evidências de que a escola se torna responsável por buscar apoio na comunidade local para a resolução dos “seus” próprios problemas. Portanto, de maneira geral, as políticas de inclusão sofrem limitações.

Em síntese, para que a escola garanta a aprendizagem de todos os alunos, independentemente deles terem uma necessidade educacional especial ou não, faz-se urgente, entre outras medidas, a ampliação do financiamento para o ensino público. Num sentido democratizante, reformar o setor requer “a constituição de uma outra cultura, que só se efetua por inúmeros processos de transformação social, interligados e apoiados com recursos e com vontade política” (FERREIRA, 2003, p. 134 apud Pletsch, 2009).

A educação inclusiva de qualidade não é um processo fácil e barato. No Brasil os ideais para as mudanças estão nas leis, mas ainda não estão devidamente

traduzidos em ações políticas, e por isso nem chegam às escolas, e muito menos às salas de aula.

Apenas o acesso dessas crianças às escolas não é suficiente. É preciso garantir que elas aprendam, e para isso são requeridos conhecimento e prática dos professores e da equipe escolar.

Os estudos de Mendes (2008) apontam um baixo rendimento escolar da grande maioria das pessoas com deficiência inserida na rede regular de ensino, devido a limitações impostas pelo nosso sistema educacional, como a ausência de procedimentos de avaliação.

O que compromete o processo de implementação dessas propostas, é a falta de aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas regulares.

Pesquisas têm indicado que faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos em classes comuns, e cada vez mais vem sendo criada a utopia de que a inclusão escolar estaria chegando de fato em nossas escolas (MENDES, 2008). Construir uma escola para todos em um país com tanta desigualdade é um grande desafio.

Oliveira e Martins (2011) afirmam que o desafio da educação inclusiva é assegurar a permanência e a aprendizagem, com qualidade. Isso evidencia o reconhecimento de que não basta apenas matricular, mas é preciso atendê-los dentro de uma pedagogia centrada no aluno, que respeite o seu ritmo de aprendizagem.

A inclusão no Brasil hoje não sai do papel, onde temos leis que garantem recursos especializados para a pessoa com deficiência, mas na prática não é isso que vemos nas escolas.

O cenário atual mostra que a inclusão escolar não está sendo efetiva: muitos professores saem dos cursos de pedagogia despreparados para lidar com essa clientela tão diversificada, precisando de uma modificação na formação do educador. Muitas vezes a pessoa com deficiência está na escola simplesmente para a socialização, sem garantia nenhuma de uma educação de qualidade.

A educação inclusiva ainda é um desafio em nosso país, precisando de políticas públicas adequadas para garantir o sucesso dessa população, visando a transformação das escolas, para que se ajustem aos princípios inclusivos. Não permitindo que esse direito seja traduzido apenas no cumprimento da obrigação de

matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, sem garantir que tenham uma aprendizagem realmente efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa reflexão tenta apontar a realidade da inclusão escolar brasileira, com professores que não possuem técnicas pedagógicas para intervirem com os alunos com deficiência e políticas públicas que estão mais preocupados com a economia do que com a qualidade da educação.

Pletsch, 2009 e Mendes, 2006, colocam que a redução do investimento na educação levou à inserção da pessoa com deficiência nas salas comuns, esconde o real motivo, que é a contenções de gastos, porém para oferecer um serviço de qualidade, como afirmam as leis, seria necessário apoio especializado além de recursos pedagógicos específicos ou adaptados, o que aumentaria a verba para a educação.

Deixando esses apoios de lado a pessoa com deficiência permanece inserida em sala de aula sem nenhum subsídio adequado para que exista um aprendizado de qualidade.

Por outro lado, é necessária a mudança na formação dos professores, tanto na formação inicial como na continuada, e melhores garantias de condições de trabalho, com menor jornada e condições salariais (GARCIA, 2013, PLETSCHE, 2009).

Ainda não se sabe quais são as vantagens e desvantagens da inclusão escolar, essa questão não tem resposta nem receita pronta. O que se percebe com a reflexão realizada é que nem a pedagogia, nem a educação darão conta desse desafio sozinhas, precisam de outras áreas para contribuir com esse processo, e deixar de lado a ilusão de que a inclusão é um processo fácil e barato, se quisermos de fato fazer com que ela exista com qualidade.

O futuro da inclusão escolar em nosso país dependerá de esforços coletivos, uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar um objetivo comum, e garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Essa discussão está longe do fim, são necessários mais estudos sobre o tema para tentar nortear o melhor caminho para a inclusão escolar.

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, B. B; SÁNCHEZ, D. S. Educação Inclusiva: uma história, uma caminhada e novas conquistas para o portador de necessidades especiais. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 12, n. 1, p. 721729, jan./jul. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Declaração de Salamanca*, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, Acessado em 28 maio, 2015.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* v. 18, n. 52, p 101-239, jan.-mar. 2013.

MANTOAN, M. T .E. A hora da virada. *Revista da Educação Especial*, P.24-28, Out/2005.

MENDES, E. G. Pesquisas sobre inclusão escolar: Revisão da agenda de um grupo de pesquisa. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v.2, no. 1, p 3-25, jun. 2008. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, E. S.; MARTINS, L. A. R. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011.

PLETSCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.